



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

**INSTITUTO HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

JORGE LUIZ OLIVEIRA LIMA

**ENTRE O FATO E O DISCURSO: A ATUAÇÃO DA MÍDIA TELEVISIVA
NO IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Redenção- CE

2017

JORGE LUIZ OLIVEIRA LIMA

ENTRE O FATO E O DISCURSO: A ATUAÇÃO DA MÍDIA TELEVISIVA NO
IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Projeto de Pesquisa, apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Sebastião André Filho

Redenção (CE)

2017

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	4
2. JUSTIFICATIVA.....	6
3. OBJETIVOS.....	7
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
4. METODOLOGIA.....	15
5. CRONOGRAMA.....	17
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18

1. APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO

O Brasil, nos últimos anos, vem passando por transformações e mudanças na política de forma instantânea. O processo de impeachment se repetiu novamente em menos de trinta anos, despertando o papel das Ciências Sociais, em especial a Sociologia, para produzirem pesquisas com o intuito de analisar os pressupostos que desembocaram em tamanhas transformações.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se deu a atuação da mídia mediante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, bem como perceber os possíveis enquadramentos midiáticos noticiados na mídia televisiva.

Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment de forma instantânea, com a acusação de cometer pedaladas fiscais que se caracterizam como espécies de manobras consideradas crimes de responsabilidade fiscal, feitas com o objetivo de “aliviar”, pelo menos momentaneamente, as contas do governo. Com isso veio também inúmeros questionamentos acerca da nossa democracia. Pode uma presidenta eleita, democraticamente, ser destituída por um número de políticos, justificado por uma lei que necessita de uma interpretação mais profunda?

A hipótese da presente pesquisa infere que mídias televisivas tiveram um papel fundamental na construção da ideia do impeachment. Acreditamos que a mídia quando entrelaçada com a política pode contribuir para a representação e formação do discurso político. O processo de impeachment se mostrou como um processo altamente obscuro, com indícios de uma articulação ardilosa e premeditada. Mesmo com essas características ele foi amplamente divulgado na mídia nacional, o que contribuiu fortemente para a formação de interpretação para milhares de pessoas.

Nessas perspectivas toda a discussão teórica e a análise do contexto político atual se encontram nessa pesquisa objetivando responder a seguinte pergunta: **Como a atuação da mídia televisiva construiu a ideia e influenciou na formação de opinião popular acerca do impeachment da presidenta Dilma Rousseff?**

A pesquisa não se mostra fácil de ser conduzida devido à atualidade do acontecido. Mas a importância no tema para as ciências sociais de um modo geral se mostra bastante necessária para que possamos entender as relações de poder na política, justificada pelos meios de comunicação hegemônicos. Com isso, o Brasil se mostra nesse momento atual um

verdadeiro laboratório para o mundo, na qual analisando os fenômenos aqui podemos criar um suporte teórico para dar conta de tentar explicar o papel da mídia.

A importância de investir na pesquisa também tem uma contribuição social, de informar e gerar ciência sobre tal momento atual na política brasileira, advertindo assim a população acadêmica e leiga sobre os possíveis enquadramentos midiáticos na política brasileira. Trazemos essas aspirações em forma de objetivos específicos. É nesse intuito que a pesquisa se mostra importante para as ciências sociais e também para a comunidade.

Longe de buscar produzir todas as respostas para a problemática da atuação da mídia, principalmente quando entrelaçada com a política, o intuito é suscitar mais pesquisas sobre o tema, gerando debates e discussões. A pesquisa, objetiva então mobilizar a sociedade acadêmica, e não somente ela, para os efeitos imediatos da televisão que cada vez mais ganha proporção no nosso país, na qual deveria servir com fiscalizador, mas quando usado de forma artilosa, principalmente na política acontece justamente o contrário.

2. JUSTIFICATIVA

A atuação da mídia na formação de opinião popular se mostra como um objeto de pesquisa primordial no processo de impeachment, partindo da ideia que a maior parte da população tem acesso às informações políticas através de emissoras hegemônicas que tem um poder considerável de estar sobre o controle da informação.

O papel das mídias televisivas para a sociedade é basicamente informar, seja um acontecido recente ou uma informação local de cada lugar. Sua atuação é de extrema importância para a sociedade contemporânea que está mergulhada diretamente na era da velocidade de informação. Quando se começa a questionar o fazer política associado a mídia, percebe-se que existe uma relação de dependência, na qual a televisão passa a ser uma ferramenta fundamental na formação da opinião pública e na composição do que pode ser entendido como notícia.

O impeachment de Dilma Rousseff iniciou em 2 de dezembro de 2015, pelo até então presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha, acusado atualmente de participar de esquemas de corrupção. Em 12 de maio o senado federal aprova por 55 a 22 votos a abertura do processo e o afastamento temporário de Dilma, assumindo interinamente o cargo, Michel

Temer. Dilma perdeu o cargo definitivo após exatamente três meses de tramitação desde o início do processo. A presente pesquisa não pretende analisar a legalidade ou não do processo, mas sim os possíveis enquadramentos midiáticos, especialmente acerca das mídias televisivas que construíram desde o início inferências sobre o processo de impeachment da presidenta.

O contexto político e social de obscuridade e incertezas se torna uma motivação pessoal para a realização da pesquisa. Como cientistas sociais, devemos pesquisar e analisar aquilo que mais afeta a sociedade, seja de um ponto de vista positivo ou negativo, principalmente aquilo que está mais próximo e atual. Galliano (1986, p.17) diz que “o conhecimento leva o homem a apropriar-se da realidade e, ao mesmo tempo, a penetrar nela”. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa é fruto de uma confusão pós-impeachment que se torna uma força motriz capaz de motivar pesquisas e transformar, ou pelo menos esclarecer o cenário político brasileiro, pensando a partir da ideia de que o Brasil com todo esses processos torna-se um laboratório que induz a necessidade de pesquisar.

. Para Ruiz (2006) o conhecimento científico é um conhecimento sistemático. Caracteriza-se pela capacidade de analisar, de explicar, de desdobrar, de justificar, de induzir e de prever. Partindo desses pressupostos, a importância da pesquisa para as áreas do saber em humanidades é de bastante relevância, pois procurar gerar questionamentos acerca dos problemas políticos atuais da sociedade brasileira, fomentando a pesquisa acerca da atuação da mídia e seu papel de passar a notícia de forma neutra e imparcial.

A relevância se dá também no campo social, pois a pesquisa é uma espécie de intervenção, que faz com que os que comungam do resultado da pesquisa tenham indagações que possa contribuir para a percepção da comunidade sobre todas as formas de influência e de formação tendenciosa na política, seja para a formação de relações de poder ou para mantê-lo.

A pesquisa procura trazer à tona uma discussão sobre como está sendo a atuação da mídia na atualidade, principalmente quando entrelaçada com a política, motivada principalmente por toda a problemática surgida após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

3.OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como se deu a atuação da mídia mediante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, percebendo se há ou não a neutralidade por conta das notícias televisivas.

3.2 Objetivos específicos

- A) Investigar onde as pessoas mais buscam informações acerca da conjuntura política brasileira, incluindo as informações que se refere ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.
- B) Informar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral os impactos da influência midiática televisiva na política, principalmente no que se refere a contribuir para ações ardilosas, tendenciosas que visam construir e manter o poder.
- C) Motivar através dos resultados da pesquisa um aprimoramento do senso crítico da comunidade acadêmica e da sociedade em geral acerca das informações passadas pela mídia televisiva, para que com isso, a comunidade possa questionar a qualidade das informações, sempre se indagando se há ou não uma neutralidade nas informações.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Debord (1994), em “a sociedade do espetáculo”, a vida das sociedades, e as condições modernas de produção se anuncia como acúmulo de espetáculos, tudo que é vivido se vai na fumaça da representação, e espetáculo é um conjunto de imagens, mas com relação social entre as pessoas mediatizada por imagens. Ele segue argumentando que:

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência. (DEBORD, 1994, p. 17)

Fica claro que a representação necessária nas sociedades do espetáculo, que refere quase que diretamente as sociedades modernas está intimamente concentrada nas estruturas das relações, daí se dá o papel quase que implacável das representações midiáticas.

Bourdieu (1996), em “sobre a televisão” analisa a televisão, bem como alguns dispositivos midiáticos, como uma ação que se dá no campo simbólico e que consiste em atrair a atenção o que interessa a todo mundo, para todo mundo.

Ainda em “sobre a televisão” Bourdieu (1996), alerta que a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns são conscientes de exercê-la ou sofrê-la. Afirma ainda que só insiste nesse ponto, porque sabe que, por outro lado, há uma proporção muito importante das pessoas que não leem nenhum jornal, ou seja, que são devotas de corpo e alma a televisão como única fonte de informações.

Para tratar da relação de poder exercida pela mídia, é interessante primeiramente definir qual tipo de poder estamos falando. Foucault (1979), analisa que o poder é visível e invisível, com a imbricação dos dois. Ou seja, o poder está fortemente relacionado com a notícia e não somente nela. O poder de quem dita a informação é bastante perigoso, principalmente quando esta informação é passada por um órgão que detém a maior parte do poder informacional. Nesse caso, a informação é enquadrada de forma invisível para os telespectadores, que recebem a informação baseado no saber tradicional de que as notícias televisivas teriam como prioridade informar de forma neutra e direta.

Sobre essa forma de poder invisível diz Foucault (1979 p. 23) que, se o objetivo do poder fosse somente reprimir, utilizando de instrumentos como o “da censura, da exclusão, do

impedimento, do recalçamento, ele seria muito frágil”, salientando que sua força invisível reside em sua capacidade de manter e criar “efeitos positivos a nível do desejo, como se começa a conhecer e também a nível do saber”.

Para Bourdieu (1996, p. 25) “os jornalistas tem óculos especiais a partir dos quais vem certas coisas e não outras e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Essa perspectiva diz respeito a manipulação que resulta na produção da notícia, que mostra um rompimento com a perspectiva inicial e idealizada dos meios de comunicação.

Todas essas perspectivas e questionamentos acerca do poder dos meios de comunicação nos ajuda a entender, como se deu o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, entendendo o caso como uma visão de conjunto, que acarreta outros instrumentos que acabariam dando conta de formar um projeto idealizado e de classes.

Para Jessé Souza (2017), no livro “*a elite do atraso: da escravidão a lava jato*”, o trabalho de distorção sistemática da realidade pela mídia no Brasil, foi de extrema importância, que acabou por ser facilitado pelo trabalho prévio de intelectuais que forjaram a visão dominante da sociedade brasileira. Assim ele afirma que para compreender o que está em jogo na política e na manipulação da política, como forma de dominação econômica e simbólica também, é necessário que se reconstrua uma totalidade alternativa que desconstrua pelo menos em parte, a sociedade brasileira em um sentido novo e crítico.

Jessé Souza (2017, p. 22), afirma ainda que “a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade”. Assim sendo, o autor associa o processo de impeachment diretamente com a luta de classes no Brasil. Destacando que foi um processo obscuro e que através do apoio dos meios de comunicação e da elite brasileira tornou-se um projeto idealizado pela classe dominante.

Florestan Fernandes (1972), em “*capitalismo dependente e classes sociais na américa latina*” afirma que classes sociais na américa latina são espécies de estruturas sob um contexto altamente peculiar, sob uma realidade política, social e institucional que são impostas pela condição de dependência, particularmente econômica, embora não apenas.

Acreditamos que toda essa estrutura patriarcal e desigual no Brasil, o torna propício a muito mais do que um país desigual, mas torna o ambiente favorável a mutações políticas e rompimentos democráticos que em conjunto com outros fatores é capaz de fazer perpetuar essa relação de classes dominantes e classes subordinadas.

A imprensa manipulativa não cria o mundo. Ela não é tão poderosa. Ela simplesmente manipula preconceitos já existentes de modo a retirar deles a maior vantagem possível, tanto material, quanto simbólica, para a elite do dinheiro que a sustenta com anúncios e falcatruas diversas. (SOUZA, 2017). Jessé Souza em “*a elite do atraso*” continua sua análise afirmando ainda que:

A servidão de classe média e de suas frações mas conservadoras á elite, que as explora e as usa para a reprodução de seu cotidiano, é conseguido não por meio de força física, mas de forma simbólica. Na qual o cassete da polícia é substituído pela manipulação midiática das necessidades de auto legitimação da classe média, transmutados em defesa da moralidade estreita de suposta corrupção patrimonialista. (SOUZA, 2017, p. 70)

Contudo, a explicação do subdesenvolvimento exige o entendimento de como as classes sociais se organizam e cooperam ou disputam para fortalecer um lado e conseqüentemente extinguir o outro. (FERNANDES, 1968).

Nessa perspectiva Florestan Fernandes (1968), começa a esclarecer e trazer à tona, mesmo em uma discussão não tão recente, mas que serve bem para o contexto atual, que as classes sociais no Brasil estão em constantes “disputas” que objetivam a extinção de um dos lados.

A idéia de classe no Brasil é mal conhecida por boas razões. Primeiro porque ela acima de qualquer outra idéia, nos dá a chave para compreender tudo aquilo que é cuidadosamente posto em baixo do tapete, ou seja tudo aquilo que de forma manipulada é passada como neutra e natural, principalmente pelas pseudociências e pela mídia enviesada. (SOUZA, 2017).

É nesse ambiente de disputas sociais “mascaradas” que surge apoiada diretamente pela mídia, esse projeto capitalista, de classe, gênero, que visa romper de forma mais certa a democracia brasileira, deslegitimando uma presidenta eleita de forma democrática. Isso traz um problema de questionamento muito perspicaz. Como pode algo tido como “legal”, ou seja,

produzido segundo as formalidades do processo legislativo comandado por um parlamento comprado por essa classe para fazer o que faz? (SOUZA, 2017).

Para o teólogo brasileiro Leonardo Boff (2016), na obra de “*O Brasil que queremos*” o sistema histórico e social de poder que perdura especificamente há mais de 500 anos é principal responsável por esse drama social e político. As elites dominantes nunca foram apeadas do poder, que conseqüentemente jamais mudou de natureza, excludente e acumulador. Elas são, provavelmente, as elites mais reversas e hábeis do mundo. Articulam-se, nacional e internacionalmente, de tal forma que sempre conseguem manobrar o poder do estado em seu benéfico e proveito.

É importante notar o contexto brasileiro, mergulhado no drama de poder, que exclui e que acumula cada vez mais, logo se tornando um projeto capitalista, e que sempre conseguem de forma anti-democrática, usar o poder “legal”, ou seja o poder do estado para alavancarem essa dominação, e os meios de comunicação, tem um papel de extrema importância nessa empreitada.

Como essa lógica que perdura no contexto brasileiro trata de um projeto também capitalista, José Martins (1994), em “*o poder do atraso*”, afirma que a personificação do capital pelo capitalista acoberta e esconde as relações que engendram esse capital, ou seja, faz com que não se perceba a lógica capitalista existente nas relações, revestindo de uma linearidade utópica e fantasiosa, resultando na descontinuidade tensa em que se dá a exploração do trabalho.

Leonardo Boff (2016), afirma também que, a pretexto de garantir a governabilidade, e de evitar um caos sistêmico, as elites conseguiram impor aos governos Lula-Dilma o que lhes interessava: a manutenção inalterável da lógica de acumulação de capital.

Como não conseguiram chegar ao poder central pelo voto, tramaram o impeachment, apoiados diretamente pelo meios de produção, em maio de 2016, para se vingar e voltar a situação anterior que as beneficiava. (BOFF, 2016)

Emir Sader (2016) afirma que no contexto brasileiro, a oposição política, unindo diretamente a grandes monopólios privados dos meios de comunicação, os partidos de direita e grandes empresários, promoveram o processo de desestabilização do segundo Governo Dilma, desde os primeiros dias, antes mesmo de idealizarem na prática o processo de impeachment.

Logo se percebe que os meios de comunicação atuaram de forma consistente e todo o tempo. Não noticiou possíveis enquadramentos somente durante o processo de fato, mas trabalhou anteriormente ao processo, principalmente quando se deu a conquista do segundo mandato do governo Dilma Rousseff.

Percebemos que esse processo, fortemente apoiado pela mídia, contou com a contribuição de altos escalão da sociedade brasileira, além dos maiores jornais hegemônicos do país, e que refletiu não somente em uma questão de classe, mas também de gênero, de cultura.

Para a Filósofa Marcia Tiburi (2016), nesse contexto (impeachment), leis autoritárias tentaram e ainda hoje tentam retroceder os avanços da pesquisa, e não somente disso, mas também da análise, das políticas públicas e principalmente da educação, e sempre são ataques diretos ao tema que concerne ao gênero.

Logo, gênero é um debate central, além de classes sociais e políticas públicas, para podermos entender tudo que estava em jogo nessa tomada de poder de forma enviesada e planejada. Entendendo que quando se grita golpe, não é por ser o dispositivo do impeachment ilegal ou obsoleto, mas sim porque antes mesmo do processo, foi movido um plano arduo, contando com a mídia, com as elites e com a lógica de acúmulo de capital.

Assim, para Jessé Souza (2017):

O fundamental para compreender os reais interesses envolvidos no impeachment de 2016 no Brasil, é perceber a nova relação com a política e a sociedade que a nova dinâmica do capital financeiro sobre outras frações do capital implica no mundo inteiro. (SOUZA, 2017, p. 31)

Com isso, percebemos que um dos sustentáculos da democracia diz respeito a informação. Sem esse quesito se torna quase que impossível de manter um sistema democrático. Logo a teoria democrática pressupõe que todos os cidadãos bem informados sobre o contexto político, expressem suas vontades e desejos políticos, estando devidamente informados sobre tudo que o que ocorre na conjuntura. Quando acontece o contrário, ou seja, os cidadãos comungam de um alto grau de desinformação, ou as informações que tem são deturpadas e já avaliadas por mecanismos midiáticos, ocorre o que Porto (1998), chama de dilema democrático. Ou seja, como a população irá exercer a democracia sem estarem informadas devidamente do que ocorre na política? Isso se dá em parte pelo fato de muitos

cidadãos comuns não terem tempo de ler, e acabam por buscar informações somente na imprensa, sendo que na maioria das vezes a notícia é totalmente distorcida.

Silveira (1998) afirma que no caso brasileiro a situação não é diferente. Afirmando que pesquisas realizadas nas últimas décadas mostram baixos níveis de informação e conhecimento sobre questões políticas por parte dos cidadãos, tais como projetos relevantes dos governos, temas e acontecimentos do debate político, nomes e personalidades políticas. A atuação da mídia entra justamente nisso. O sujeito que já não detém de um conhecimento formado, logo dificilmente desenvolverá um senso crítico, ficando mais suscetível a informações da mídia que já não se mostram neutras, nem objetivas. Percebemos que não é tão fácil alterar essa dinâmica de enquadramento, que se motiva na falta de informação da sociedade. O retrato da sociedade brasileira atual é a prova de quanto a mídia quando associada com a política pode causar efeitos perceptíveis.

Para Ramonet (2003), os meios de comunicação podem até certo ponto, gerar problemas para as instituições democráticas, principalmente quando se colocam a favor de interesses particulares ou de grupos controladores do poder. A mídia nesse sentido rompe com seu valor inicial de fiscalizador, assim sendo ela, o único dos poderes a não admitir nenhum tipo de crítica, principalmente um contrapoder. Ela atua então em contexto que difunda sua própria visão de mundo, mas de forma maquiada, mascarada. O discurso político estaria intrinsecamente ligado a relações de poder e também a manipulação, mas os discursos das mídias tem a pretensão teórica de fazer uma espécie de contrapoder, que não é o que se encontra na prática.

De acordo com Charaudeau (2006), todo o desenrolar do universo da informação da mídia é efetivamente construído, desta forma quem tem poder de “produzir a notícia” passa ao telespectador um recorte do que realmente é constatado”

Para Rousiley Maia (2008), em colunas de opinião, é comum que jornalistas ou mesmo alguns veículos acabam por enquadrar seu próprio material, em um sistema que cada vez mais, seus interlocutores sustentam seus pontos de vistas e suas argumentações sobre algum evento, não aceitando de forma alguma opiniões que se mostrem contrárias a suas percepções. Ele ainda argumenta que na construção de seus discursos, jornalistas e veículos de informação preenchem de forma intencional as notícias com sua percepção, negando ou conferindo legitimidade a fontes, confrontando vozes com a de opositores, chegando a utilizar

estudos e técnicas práticas que venham a criar ou fortalecer o que é dito sobre determinado assunto.

Os jornalistas quando se deparam com um conteúdo que pode se tornar notícia, eles mobilizam uma série de percepções para dar conta de enquadrar aquilo que melhor será aceito pelo telespectador. Trata-se na realidade de estabelecer um quadro fixo que não é neutro, mas faz parte de uma construção. Para Rousiley Maia:

Nas relações com o sistema político, é possível dizer que o jornalismo, em termos normativos, exerce diversas funções, tais como: fornecer informações para que os cidadãos possam fazer escolhas esclarecidas; monitorar a atuação dos representantes, a fim de evitar abusos de poder e salvaguardar as liberdades individuais; servir como fórum de debate para representantes do governo, partidos políticos, grupos de pressão e agentes da sociedade civil; servir como agentes de mobilização. (MAIA, 2008, p.98).

Se analisarmos de forma direta, podemos perceber que para servir a democracia contemporânea, a mídia só precisaria transmitir sua informação de forma direta e neutra para os seus telespectadores. Quando passamos a analisar a mídia como um processo de transmissão de informações somente, estamos contribuindo para tornar invisíveis as relações de poder existente, e se torna impossível analisar o impacto das notícias na democracia.

Portanto, os efeitos a curto, médio e longo prazo dos enquadramentos midiático são verdadeiros formadores de opinião comum, e a sua consequência além disso pode ocorrer nos telespectadores de forma inconsciente, alterando fortemente relações. Enquadramentos são portanto instrumentos eficazes para a perpetuação do poder.

5. METODOLOGIA

Com o propósito de cumprir todos os objetivos da pesquisa, acreditamos que a utilização do método qualitativo apresenta uma maior flexibilidade. Percebemos que para uma pesquisa ter êxito é necessário que os métodos dialoguem diretamente com os objetivos da pesquisa.

O método qualitativo é uma característica da pesquisa social, que de acordo com Minayo (2010, p. 47) pode ser entendida como os vários tipos de investigação que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”.

Para essa pesquisa será usado o método de análise de conteúdo, que terá como ponto central a coleta de dados, ou seja uma análise de reportagens televisivas que noticiaram o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O intuito de analisar tais reportagens televisivas é além de alavancar uma discussão no campo das ciências humanas, também perceber os possíveis enquadramentos noticiosos acerca do processo do impeachment. Assim cumprimos diretamente com o objetivo da pesquisa e poderemos inferir a respeito da hipótese e problemática trazida no tópico “delimitação do objeto”.

Assim concordamos com Bardin (2009), quando afirma que a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Salientamos também que pesquisas como essa necessitam de um cuidado amplo do pesquisador, principalmente para não se tornar uma análise puramente ideológica e que fuja do padrão científico da ciência, foi também por esse motivo que resolvemos nos apoiar no presente método de análise de conteúdo, por se tratar de um sistema discutido teoricamente e suprir a necessidade do campo acadêmico em entender como tudo ocorre em diálogo com a modernidade, principalmente com o advento da internet.

Segundo Bardin (2009) o método de análise de conteúdo é constituído pela prática. Ou seja, necessita da disponibilidade e disposição do pesquisador, pois como método de análise científica deve ter credibilidade teórica no campo das humanidades e conhecimento do pesquisador acerca dos polos que sustentam a análise de conteúdo, que seria uma espécie de passos a ser seguido. A análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme

Bardin: a pré análise, a exploração do material e, por fim o tratamento dos resultados: “a inferência e interpretação” (2009, p.121).

Acreditamos que com tais métodos e técnicas, o objetivo da pesquisa será cumprido, gerando discussão no campo teórico, problematização a percepção acerca da atuação da mídia na política brasileira, especialmente acerca do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

6. CRONOGRAMA

Atividade	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Revisão da bibliografia	X				
Coleta dos noticiários		X			
Análise dos noticiários		X			
Coleta do corpus			X		
Análise do corpus			X		
Elaboração do artigo acadêmico				X	
Divulgação do resultado da pesquisa para a comunidade					X

7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BOFF, Leonardo. **O Brasil que queremos / organizador Emir Sader, A utopia Brasil, o virtual viável** – Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016. 270 p. 9-19
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996, 73 p.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Projeto periferia, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na américa latina**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1972, 116 p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 148-149.
- GALLIANO, A.G. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.
- MARTINS, José. **O cativo na terra**. São Paulo, contexto, 2010, 306 p.
- MAIA, Rousiley. **Deliberação e Mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008
- MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- PORTO, Mauro. "**Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático**", *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 12, n. 4, p. 17-25.
- PORTO, Mauro. **Enquadramentos de mídia e notícia**. in: Rubim, Antonio Albino (org). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- RAMONET, Ignácio. **Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?** Contexto, 2003, 119 p.
- RUIZ, J.A. **metodologia científica. Guia para eficiência nos estudos**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SADER, Emir. **O Brasil que queremos / organizador Emir Sader, Do Brasil que temos ao Brasil que queremos** – Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016. pp. 19-27.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro, casa da palavra/leya, 2017, 140 p.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro, casa da palavra/leya, 2017, 140 p.

SILVEIRA, Eduardo. **Estratégia, mídia e voto**. edpurs, 2002, 185 p.

TIBURI, Marcia. **O Brasil que queremos / organizador Emir Sader, A democracia de gênero que queremos** – Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016. 270 pp. 217-229.